

BOLETIM 323

Brasília, 29 de março de 2017

Frente Parlamentar em defesa da Previdência avalia avanços para barrar desmonte




A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Sociais e da Previdência, reunida novamente ontem (28), na Câmara dos Deputados, avaliou como muito positiva as últimas manifestações contra a PEC 287/2016, de autoria do governo Temer, que altera as regras das aposentadorias, tornando praticamente inviável a concessão dos benefícios.

A reunião foi presidida pelo deputado Vicentinho (PT-SP) e contou com a presença de inúmeros parlamentares, além de representantes de outras entidades da sociedade civil organizada, entre as quais o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), a Anamatra e a ANPT, esta representada pelo dr. Rogério Fleishmann. Todos fizeram uso da palavra e voltaram a condenar, não apenas a Reforma da Previdência, como também a Reforma Trabalhista e o projeto das terceirizações.

CONTRICOM – Mais uma vez, a CONTRICOM marcou presença no encontro através de seu secretário-geral, Miraldo Vieira, que ressaltou a importância de dar continuidade ao trabalho de articulação e de mobilização para barrar os retrocessos contra os trabalhadores que estão tramitando no Congresso Nacional.

REFORMA TRABALHISTA O QUE MUDA?

ANTES	DEPOIS
Intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora	Intervalo para repouso e alimentação poderá ser de 30 minutos = + doenças, + acidentes, + mortes
Salário inferior ao mínimo apenas para quem trabalha até 25 horas por semana	Salário inferior ao mínimo para quem trabalha até 30 horas por semana = + trabalhadores recebendo salários baixos
Férias anuais concedidas normalmente em um só período de trinta dias	Férias anuais em até três períodos, com remuneração também proporcional = + prejuízo ao descanso dos trabalhadores, + doenças, + acidentes
Trabalhador recebe salário pelas horas que passa em deslocamento para a empresa quando esta fica em local de difícil acesso	Permite o fim do pagamento das horas gastas no transporte até a empresa = redução dos salários
Jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais	Jornada de trabalho diária e semanal sem qualquer limite = + desgasta físico e mental do trabalhador, + doenças, + acidentes
Trabalho remoto segue as mesmas regras do realizado na empresa: salários, jornada, descanso, etc.	Possibilita o trabalho remoto sem garantias = + fraude, + precarização, + conflitos familiares, - vínculos sociais
Empresas com mais de 10 trabalhadores devem garantir o registro de ponto para evitar excesso de jornada e permitir a fiscalização pela Fiscalização do Trabalho	Possibilita o fim do registro de ponto = + fraudes, + jornadas exaustivas, + acidentes, + mortes, - convívio familiar
A anulação de cláusulas de negociações coletivas não pode prejudicar os trabalhadores pelas situações passadas	A anulação de acordos e concessões gera prejuízo aos trabalhadores, que terão de pagar aos patrões os supostos benefícios recebidos = redução dos salários
Banco de horas de no máximo 1 ano, com respeito aos limites de jornada (8h/dia e 44h/semana)	Banco de horas pode durar indefinidamente e sem respeitar qualquer limite de jornada = + jornadas exaustivas, + fraudes, + acidentes, + mortes



A mesa dos trabalhos durante a reunião da Frente Parlamentar Mista, que reúne deputados e senadores na luta contra os retrocessos



Miraldo (1º à direita) durante a reunião da Frente

Miraldo, que acompanhou toda reunião da Frente Parlamentar Mista, destacou também a eficácia da ampla distribuição do material que está sendo distribuído em todo país mostrando os direitos sociais e trabalhistas que estão sendo ameaçados caso a reforma trabalhista seja aprovada da forma que foi encaminhada ao Legislativo pelo governo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Presidente do Senado garante terceirização voltará ao debate

Na presença de líderes das Centrais Sindicais o senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou terça-feira (28/3) para o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB) seu relatório do PLC 30/15, que regulamenta o trabalho terceirizado. Por questão regimental o presidente da Casa, encaminhou a proposta às comissões permanentes para debate e deliberação.

O presidente Nacional da Nova Central, José Calixto Ramos, esteve na cerimônia e constatou que no parecer, Paim avançou sobre temas incômodos aos trabalhadores (as). Como na questão da atividade-meio e fim, que no seu relatório regulamenta a terceirização na atividade-meio e a proíbe na atividade-fim.

Em sua opinião o projeto aprovado em 2015 na Câmara dos Deputados, ainda precisa de correções, tais como: a *pejotização* e a possibilidade de terceirizar todas as atividades de uma empresa. “Apesar da questão simbólica do ato, saímos frustrados com o senador Romero Jucá - líder de Temer – que havia se comprometido nos ajudar nesta questão e simplesmente não compareceu e nem deu satisfação”.

Outra questão, que segundo Calixto deu para transparecer, é que o presidente do Senado na questão da relação (solidária x subsidiária), sua simpatia é pela “solidária”. E que para obter êxitos nesta batalha o fundamental é manter uma campanha sistemática de mobilização nos locais de



trabalho e preparar as manifestações agendadas para o dia 28 de abril.

O sucesso das manifestações do dia 15 de março, para Calixto, servirá de estímulo para aumentar a adesão de mais categorias na próxima mobilização. E de que é preciso combater a “guerra de desinformações” veiculadas na “mídia tradicional”, que já se posicionaram claramente que apoiam quaisquer mudanças que retiram direitos sociais e trabalhistas.

“Não fique de fora desta luta em defesa de um presente de glória e de um futuro promissor. O setor patronal de todos os seguimentos produtivos e econômicos investem milhões nos seus representantes no Congresso para que aprovelem medidas de seus interesses em detrimento das condições de vida e trabalho. Tudo isso exigirá muita resistência e luta do nosso povo”, garante Sr. Calixto.

Fonte: Agência NCST

Paim entrega parecer sobre terceirização

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou seu relatório ao PLC 30/15, que regulamenta o trabalho terceirizado. O presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE) recebeu o parecer e encaminhou a proposta às comissões permanentes para debate e deliberação.

No parecer, ele avançou sobre temas incômodos aos trabalhadores. Como na questão da atividade-meio e fim, que no seu relatório regulamenta a terceirização na atividade-meio e a proíbe na atividade-fim.

A questão da relação solidária x subsidiária, que manteve o texto aprovado pela Câmara, que garante a relação solidária. No aspecto da representação sindical Paim manteve o texto aprovado na Câmara. Isto é, garante isonomia de direitos entre o contratado diretamente e o terceirizado. Proíbe a subcontratação ou quarteirização, com ressalvas para o segmento da construção civil ou setores que possuem legislação específica sobre o assunto.

Pelo relatório que vai à discussão, fica proibida a contratação de pessoa física como se jurídica fosse. O texto aprovado pela Câmara permitiu isto, com quarentena. Isto é, o empregador poderia demitir o trabalhador e dois anos depois contratá-lo como pessoa jurídica (“pejotização”).

Fonte: Diap

Celso de Mello pede que Câmara explique se PL da terceirização foi retirado de pauta

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, pediu explicações à Câmara dos Deputados sobre o projeto de lei que libera a terceirização de serviços. Em despacho desta terça-feira (28/3), o ministro pede que a Câmara esclareça se o projeto foi retirado de pauta, como alegam os autores de mandado de segurança impetrado no STF.

O MS é de autoria dos partidos Rede Sustentabilidade, PDT e PT. Eles afirmam que toda a tramitação do projeto de lei da terceirização que

aconteceu desde 2003 é nula. Foi naquele ano que o presidente Lula, assim que assumiu o mandato, retirou o texto, de autoria do Executivo, de pauta.

A informação foi divulgada nesta terça pelo site do ex-presidente. O projeto foi enviado ao Congresso pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1998 e tramitava entre a Câmara e o Senado desde então. Quando Lula assumiu a Presidência da República, no entanto, enviou mensagem aos deputados comunicando a retirada do projeto de pauta, acabando com sua tramitação.

O pedido de retirada de pauta foi feito no dia 20 de agosto de 2003, mas nunca analisado. A questão chegou a ser levantada na sessão em que o projeto foi aprovado pelo deputado Leo de Brito (PT-AC). Em reclamação, o deputado afirmou que os pedidos de retirada de pauta podem ser feitos por autores de projetos e devem ser analisados pelo Plenário em “qualquer fase de seu andamento”.

A reclamação também não foi analisada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). No despacho desta terça, Celso pede que a Mesa Diretora da Câmara se explique sobre a questão, mas não estabeleceu prazos.

A mesma decisão foi tomada em outro mandado de segurança, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE). Ainda há outro mandado de segurança com o mesmo pedido, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), mas ainda não analisado.

Fonte: Consultor Jurídico



Serviço terceirizado pode reduzir salários pela metade, diz Ipea

Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), André Campos apresentou o resultado de uma pesquisa sobre trabalho terceirizado no Brasil que mostra um total de 4 milhões de trabalhadores formais, assalariados, terceirizados no País.

A pesquisa feita pelo Ipea em parceria com o Ministério do Trabalho aponta o efeito da terceirização nos salários: redução de até 50% na remuneração. “O impacto nos salários não é desprezível”, avaliou Campos.

Outra pesquisa apresentada pelo representante do Ipea mostra o perfil dos atuais 10, 8 mil sindicatos no Brasil.

“Eles apresentam redução da base geográfica, são principalmente municipais e têm, em média, de 1,6 mil associados, ou seja, base geográfica reduzida, poucos associados e



arrecadação baixa. Podem desenvolver bem suas atividades?”, indagou.

Campos participou de grupo na Casa Civil destinado a buscar soluções para problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, como grande rotatividade, ausência de regulação e incerteza do mercado, entre outros.

Fonte: Agência Câmara

Reforma não protege o empregado, diz advogado trabalhista

Para o representante da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, Aparecido de Medeiros, a proposta de reforma trabalhista é um “remendo” e “sofável” do ponto de vista legislativo.

Em audiência da comissão especial que analisa o tema, Medeiros afirmou que o texto mexe superficialmente na questão. “Não ataca a altíssima carga tributária que atinge a folha de pagamento, por exemplo, que ultrapassa 110% do salário e não ataca a reforma sindical”, criticou.

Ele também questionou o porquê da reforma depois da aprovação do projeto de lei da terceirização. “Por que a reforma se não teremos mais emprego? Teremos o eterno temporário que vai pular de emprego em emprego”, disse, lembrando que Portugal, Itália, Grécia e Espanha tentaram reformas semelhantes e não conseguiram diminuir o desemprego. “A CLT protege o emprego”, destacou.

Medeiros é advogado trabalhista do setor têxtil e falou também sobre as empresas que exploram o trabalho escravo em São Paulo. “Flexibilizar o direito trabalhista é involuir. Precisamos avançar na garantia de direitos”, defendeu.

Fonte: Agência Câmara

Na CNI, Maia diz esperar votação de reforma trabalhista em abril

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, voltou a defender nesta terça-feira (28), em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a aprovação das reformas trabalhista e da Previdência como prioridades do Congresso para 2017. A expectativa, segundo Maia, é que a reforma trabalhista seja votada a partir de 17 de abril e a da Previdência já no começo de maio.

“Não tenho dúvida de que as reformas que reorganizam o Estado brasileiro e dão segurança jurídica ao capital precisam ser prioridade do Parlamento nos próximos anos”, disse, após receber a pauta legislativa da CNI, que reúne 131 propostas em tramitação no Congresso.

“Temos uma agenda pró-mercado e pró-emprego. Acho que o Estado brasileiro precisa ser menor para que a sociedade seja maior e possa se desenvolver e gerar emprego”, ressaltou.

A CNI pede no documento urgência na aprovação de 16 itens que interessam à indústria, entre as quais as reformas trabalhista e da Previdência.



Terceirização - Um desses itens foi aprovado pela Câmara na semana passada e permite o uso da terceirização em todas as áreas (atividade-fim e atividade-meio) das empresas. Foi aprovado um substitutivo do Senado ao PL 4302/98, do Executivo, que aguarda agora a sanção presidencial. O texto também aumenta de três para seis meses o tempo dos contratos temporários.

Segundo Maia, é importante que as indústrias participem do debate e mostrem o impacto que cada uma dessas medidas tem no desenvolvimento do emprego e na geração de renda no Brasil. “É bom que a CNI faça esse tipo de evento, que tenha uma agenda, porque isso vai ajudar no convencimento dos deputados para avançarmos nesta pauta reformista.”

Reforma política - Em relação a reforma política, que também é defendida pela CNI, Maia afirmou que uma proposta de emenda à Constituição (PEC) elaborada pelo Senado pode ser um começo, mas disse que a considera “tímida” por não resolver o que ele entende o principal problema do sistema atual: a representatividade dos mandatos.

“Não quero dizer qual é o melhor modelo, mas acho que o Congresso precisa enfrentar a discussão do sistema eleitoral também. É ele que gera muitas das distorções que vivemos hoje na política brasileira, pela forma como o cidadão compreende e participa do sistema eleitoral”, disse.

A PEC aprovada pelos senadores (282/16), em análise na Câmara, põe fim às coligações partidárias nas eleições proporcionais (vereadores e deputados) e cria uma cláusula de barreira para a atuação dos partidos políticos.

Fonte: Agência Câmara

Temer quer fundir terceirização com reforma

O presidente Michel Temer já tem um novo plano para colocar em prática a terceirização aprovada pela Câmara na semana passada tentando minimizar os efeitos negativos. Segundo reportagem da Folha desta terça (28), Temer não vai publicar o texto que tem respaldo mínimo ao trabalhador na íntegra. A ideia é selecionar os trechos que interessam ao governo e inseri-los numa reforma trabalhista.

Antes, a ideia era aguardar o Senado aprovar um texto mais novo sobre terceirização - o que foi aprovado pela Câmara é de 1998 - e juntar os dois. Porém, aliados apontaram que o governo corre risco com essa alternativa, pois com a pressão popular, pode ser que os senadores decidam mexer no texto original.

A terceirização que está no Senado foi aprovada pela Câmara quando Eduardo Cunha era presidente. Apesar de já permitir a terceirização ampla, ou seja, de atividade-fim, o texto previa pelo menos 50 itens que asseguravam os direitos dos trabalhadores. Incluindo a obrigação de a empresa-mãe fiscalizar se a terceirizada cumpre com os direitos trabalhistas.

No texto que aguarda sanção, esse item não existe. Nele, as únicas garantias aos trabalhadores são: os terceirizados não podem fazer serviços que não previstos em contrato; devem ter a mesma condição de trabalho que os contratados e também devem ser abrigados pela CLT no que tange fiscalização.

Fonte: Jusbrasil



OIT afirma que desemprego mundo continuará crescendo

O diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder, questionou nesta terça-feira (28) a forma como o mundo todo administrou a crise econômica e advertiu que o desemprego seguirá crescendo. As informações são da Agência EFE.

"A cada ano há e haverá mais desempregados no mundo e isso tem consequências dramáticas", afirmou Ryder, em um café da manhã informativo, em Madri.

O dirigente da OIT defendeu o diálogo social e que os governantes coloquem o emprego no centro das políticas públicas pois, segundo ele, isso representa muito mais do que uma forma de ganhar dinheiro; trata-se de "dar sentido à experiência humana".

Sobre o futuro, encorajou os países a não cair no "determinismo tecnológico" e a pensar no emprego de outra forma, respeitando as relações criadas.

Ryder observou que é preciso criar 40 milhões de postos de trabalho a cada ano no mundo, mas reconheceu que "isso não é possível".

Ryder insistiu na necessidade de reduzir a lacuna salarial entre homens e mulheres, que em nível global é de 23%. "As mulheres trabalham às sextas-feiras de graça", disse ao tentar explicar que a diferença salarial equivale a um dia da semana sem remuneração para as mulheres. Já em relação à situação política global, insistiu que o Brexit "foi um erro" e pediu atenção às decisões dos Estados Unidos.

Fonte: Agência Brasil

AGENDA DO PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO

Participa, hoje e amanhã (30), em Bento Gonçalves (RS), do **Seminário Setor Mobiliário – NENHUM DIREITO A MENOS**, promovido pelo SITRACOM – Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves, com o apoio da CONTRICOM e da FETICOM-RS. Na ocasião, o presidente Mazinho proferirá palestra sobre a atual conjuntura do país e a globalização, bem como a dra. Zilmara Alencar e o assessor técnico do DIAP, André Santos. **(ver cobertura completa do evento nos próximos dias)**

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)